



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2015
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	A Construção da Noção de Território e a Busca de Direitos Sociais no Espaço das Ocupações Urbanas
<b>Autor</b>	MANOELA GUIMARÃES GOMES
<b>Orientador</b>	NEUZA MARIA DE FÁTIMA GUARESCHI

**Título: A Construção da Noção de Território e a Busca de Direitos Sociais no Espaço das Ocupações Urbanas**

**Autora: Manoela Guimarães Gomes/Apresentadora e Helena Cabistani**

**Orientadora: Neuza Maria de Fátima Guareschi**

**Instituição: UFRGS**

Este trabalho tem como objetivo apresentar um mapeamento dos serviços sócio-assistenciais situados na área de abrangência de duas ocupações urbanas da zona norte de Porto Alegre. A partir desse mapeamento buscamos analisar o modo como vem se articulando as noções da territorialidade na garantia de direitos sociais, no contexto das ocupações urbanas. Ou seja, como alguns serviços das políticas públicas como CRAS, CREAS, Unidades Básicas de Saúde, Escolas municipais e estaduais estão dispostos nos territórios e como se relacionam com essa população, a fim de dar a devida assistência aos mesmos. O presente estudo é parte de um projeto de pesquisa maior intitulado – Psicologia Social, Políticas Públicas e o Governo das Populações – do Núcleo de Pesquisas E-politics. Para o desenvolvimento da pesquisa estabelecemos uma parceria com o NAT - Núcleo Amigos da Terra Brasil – instituição que tem apoiado as populações excluídas do acesso à moradia formal em diversas disputas pela garantia de direitos sociais. Torna-se necessário salientar que a ocupação popular por moradia é observada aqui como um movimento social e que por meio da organização popular e territorial, reivindica o problema da moradia como um dos direitos sociais. Já o conceito de território é pensado para além de um espaço demarcado geograficamente. Fundamentados em autores como Deleuze e Guattari entendemos o espaço como atrelado às dimensões cultural, política e econômica que o constituem e o transformam. Neste sentido, o território constitui-se como uma produção social em que tais dimensões citadas atravessam as relações ali existentes e produzem subjetividades. A produção de subjetividade, portanto, se dá na relação sociais, políticas e econômicas. O conceito de território também se faz presente quando falamos de assistência social. É a partir da constituição de 1988 que este conceito ganha importância na organização das políticas públicas e a territorialidade, então, se torna uma diretriz de trabalho determinando a organização dos programas e ações da assistência social através das características sociais e econômicas de cada território. Assim, a política de assistência social, como garantidora do acesso aos direitos sociais da população, deve se preocupar com o território, de forma a considerar as relações e as práticas existentes do lugar onde se pretende garantir tais direitos. Na Constituição Federal de 1988, a assistência social é reconhecida como uma política pública que compõe a Seguridade Social e em 2004 é lançada a Política Nacional da Assistência Social que planeja e viabiliza o efetivo acesso aos serviços da assistência, pensado de acordo com as singularidades sociais de cada região o que faz com que o território se torne uma das principais diretrizes desta política. A ideia da territorialidade não se restringe apenas à assistência social, mas também à organização das demais políticas públicas, como educação e saúde. A partir disso, para a operacionalização da pesquisa estamos realizando o mapeamento dos territórios de duas ocupações, assim como analisando os materiais produzidos pelo NAT no qual são sistematizadas informações sociais e técnicas do território de cada ocupação. Além disso, estamos visitando as ocupações para a participação em reuniões e fóruns de discussão junto à população. Os dados dos mapeamentos das ocupações e as informações das discussões das reuniões nos possibilitam problematizar a noção de território que vem sendo construída na articulação com a política de assistência social na busca de direitos desta população.

